PRÁTICA URBANA INSURGENTE:

Ferramentas para ampliação do processo tradicional de Planejamento Urbano

Maria Carolina Maziviero (Professora Adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná - UFPR)

Marcos Leite Rosa (Doutor em Planejamento Regional e Desenho Urbano, Universidade Técnica de Munique - TUM)

RESUMO GERAL

Esta Sessão Livre visa aprofundar o debate do que vem sendo chamado de Prática Urbana Insurgente, mirando sua relação com o Planejamento Urbano, ao propor uma reflexão sobre o desenvolvimento de ferramentas com base em práticas cidadãs. Nesse sentido, interessa-nos menos a crítica meramente teórica ao modelo urbano vigente, e mais especificamente pensar como práticas alternativas e tecnologias sociais desenvolvidas e utilizadas por agentes locais e grupos ativistas podem contribuir a processos de planejamento tradicionais. Propõe-se pensar efetivamente no "como", "de que maneira" e "em quais etapas" do processo de planejamento esses mecanismos de ação direta, comumente não previstos na ação governamental, podem informar novas ferramentas – técnicas e procedimentos – capazes de expandir o *status quo* na elaboração e implementação de planos e políticas públicas. Apresenta-se um esforço coletivo para reconhecer possibilidades de desenhar este ferramental e aventar como pode ocorrer sua aplicação, incluindo uma reflexão acerca de possibilidades de regulamentação e dos resultados de sua aplicação.

Por práticas urbanas insurgentes ou ações táticas, entende-se as intervenções no espaço urbano que tomam o cidadão como elemento central na construção autônoma do urbano a partir do interesse coletivo e das práticas cotidianas, nas muitas formas em que são praticadas. Trata-se de ações capitaneadas por agentes locais que buscam modificar e qualificar o espaço de forma gradual e colaborativa, respondendo aos problemas urbanos gerados por um urbanismo neoliberal, responsável por incoerências como barreiras urbanas, espaços que priorizam o automóvel em detrimento do pedestre, sistemas de infraestruturas urbanas monofuncionais que promovem grandes vazios na escala local, etc. Em resposta a essas incoerências, ações táticas posicionam-se de forma transversal à prática tradicional, lidando na escala local com problemas urbanos de ordem territorial e relevantes também na macro escala, embora não contemplados pelo urbanismo tradicional.

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: kBa3g9JWWHWa

Ainda que ofereçam formas de dialogar com o preexistente, – com características de colaboração, solidariedade e reunião de saberes interdisciplinares – ações locais usualmente possuem alcance e impacto limitados.

Os paradigmas de intervenção urbana tradicionais, frequentemente enraizados em um raciocínio modernista e de lógica neoliberal, parecem não mais suficientes para enfrentar os problemas de governança e de conflitos sociais em megacidades como São Paulo, traduzindo aquilo que Harvey (2015) denomina de "Crise de urbanização planetária". Contrário e em resposta a este cenário, novas oportunidades e formas alternativas de atuação se apresentam na cidade com vistas à qualificação do espaço urbano com inclusão social. Importa notar que, na medida em que ações autogeridas e transversais às governamentais criam um espaço de discussão autônomo e não-institucional, elas alteram e ampliam a agenda de luta pelo direito à cidade, chamando atenção a novas oportunidades para ação e apresentando formas alternativas de atuação na cidade.

O novo ciclo de protestos contra o modelo econômico e as estruturas dos governos representativos, que ganharam notável expressão global a partir de 2011, acentuaram as tensões entre os movimentos sociais urbanos e o Estado e agravaram a crise de legitimidade da atual democracia representativa. Uma razão fundamental apontada por Wallerstein (2012) para explicar a motivação dos protestos seria a condição econômica mundial, permeada pelo aumento do desemprego e pela relação desfavorável entre receitas e despesas, que resultou em medidas de austeridade implementadas por muitos governos. A partir da visibilidade das manifestações de junho de 2013, uma série de coletivos que atuam sobre questões urbanas se propagaram em proporção geométrica pelo Brasil, pautados notadamente por trabalhos de intervenção no espaço urbano com caráter de demanda por espaços qualificados e denúncia social. Essas formas associativas têm defendido o protagonismo cidadão ao produzir colaborativamente a transformação da realidade (GERSHENFELD, 2012), com base nos recursos e condições oferecidas pela realidade das cidades Latino Americanas (ESCOBAR, 2017). São novos agentes envolvidos na produção da cidade, que empregam formas não hegemônicas de organização, estruturadas de acordo com os conceitos de horizontalidade e de urbanismo em rede (SANTOS, 2002; DUPUY, 2008), de "não-hierarquia", de democracia radical ou governança dos comuns (HARVEY, 2014).

Diante deste cenário, faz-se latente a demanda por uma discussão aprofundada sobre o desenvolvimento de ferramental capaz de abarcar este fenômeno, aproximando-o da prática do Planejamento Urbano com vistas a fomentar processos complementares àqueles já institucionalizados. O entendimento da cidade como plataforma aberta indica referencial de ações, comportamentos e significados atípicos com capacidade para informar o desenvolvimento de uma espacialidade distinta daquelas previstas pela lei e pelas práticas tradicionais (LYNDON & GARCIA, 2015). Operando no espaço com base na perspectiva hegemônica e instrumental desenvolvidos segundo a lógica da cidade moderna, entendida como sistema e não como rede, a prática do planejamento urbano frequentemente encontra dificuldade em contemplar a dialética provocada por ações que percebem o espaço a partir das multiplicidades de camadas existentes e possíveis. Revela-se, no entanto que, em muitos aspectos, as táticas utilizadas potencializam a ação de indivíduos na criação de situações relevantes (CERTEAU 1984) como respostas para o lento processo de construção da cidade convencional, já que operam a partir da urgência do real com

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: kBa3g9JWWHWa

abordagens rápidas e acessíveis, mas que podem resultar em transformações a longo prazo ou informar políticas públicas capazes de fomentar estas mesmas práticas, ao invés de restringi-las.

A discussão proposta articula um conjunto de práticas apresentado e debatido sob a perspectiva das ferramentas desenvolvidas com vistas a contribuições para o planejamento territorial e urbano, que inclui (1) a "política do protótipo", isto é, "uma prática orientada para a passagem de um saber-poder governar para um saber-fazer habitar, baseada no reconhecimento da potência da situação." (Parra; Moraes 2018); (2) "ativismos cartográficos", questionando "de que forma estas práticas colaborativas questionam e complementam a cartografia institucional" (Marino 2018); (3) um questionamento sobre o potencial da "Cartografia Social", como subsídio para um reassentamento justo e participativo; (4) uma metodologia para ampliar a noção de bem cultural, incluindo outras dimensões da participação; (5) uma reflexão sobre o codesenho de ferramentas capazes de nutrir processos de planejamento urbano, com base em experiências realizadas (Rosa 2018). Coloca-se ao Planejamento Urbano o desafio de lidar com essas novas realidades – desenvolvidas a partir de formas de subversão do uso e apropriação do espaço urbano desvelados por práticas espaciais cotidianas – ao providenciar escuta, reconhecê-las e buscar compreendê-las, com vistas a outras formas de mediação que contemplem condicionantes concretos, comumente negligenciados nos processos de planejamento tradicionais (RANDOLPH, 2007). Conforme apresentamos, embora sejam latentes os processos de coprodução urbana e seja indiscutível sua responsabilidade na configuração do ambiente e paisagem urbanos – notadamente em cidades brasileiras Latino Americanas – permanece pouco claro como estas práticas podem ser abordadas em termos de Planejamento Urbano.

Desta forma, buscamos forjar o debate sobre ferramental relacionado aos processos mencionados que permitam repensar a concepção e o desenvolvimento do espaço urbano, com base em diretrizes postuladas pelo Planejamento Urbano que precisam ser encaminhadas. Trata-se ainda de vislumbrar uma reflexão crítica sobre processos de planejamento vigentes tendo como referencial a aplicação de tecnologia social e formatos de participação encontrados em nossas cidades. Trata-se de um raciocínio complementar aos instrumentos existentes e atualmente empregados no campo do planejamento urbano, capaz de lidar explicitamente com as práticas apontadas em espaços onde ocorrem, formas de uso e ocupação encontradas em situações exemplares em nossas cidades que serão discutidas à luz dos questionamentos aqui trazidos.

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: kBa3g9JWWHWa

TECNOPOLÍTICOS: CORPOS, TERRITÓRIOS E TECNOLOGIAS DIGITAIS

Henrique Zoqui Martins Parra (Professor Adjunto Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP)

Alana Moraes (Doutoranda em Antropologia, Museu Nacional da UFRJ)

Temos investigado um conjunto de práticas que se realizam através da criação de arranjos sociotécnicos alternativos, onde uma certa produção do comum pode emergir. Essas ações dão forma ao que temos denominado "política do protótipo", portadora, simultaneamente, de um modo de conhecer e um modo de agir politicamente. Pensamos numa prática orientada para a passagem de um saber-poder governar para um saber-fazer habitar, baseada no reconhecimento da potência da situação. Interessa-nos também, analisar os processos de criação das infraestruturas e dos conhecimentos (contra-expertie) que dão forma às comunidades que lutam e produzem o Comum (um fazer-bairro, um fazer-cidade, um fazer-cuidado...). Neste percurso, partimos de um saber situado, feito de uma produção de interdependências, tecnologias de pertencimentos que entrelaçam corpos, territórios e tecnologias da informação.

ATIVISMOS CARTOGRÁFICOS E ALTERNATIVAS AO PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Aluízio Marino (Pesquisador do Observatório de Remoções do LabCidade, FAUUSP e doutorando em Planejamento e Gestão do Território, Universidade Federal do ABC - UFABC)

Verifica-se atualmente uma efervescente produção de cartografias críticas, principalmente a partir de experiências de mapeamento coletivo que envolvem universidades, movimentos sociais, coletivos, comunidades e outros atores. Identificamos esse campo de pesquisa e ação como “ativismos cartográficos”, termo cunhado pelo professor Renato Emerson dos Santos. Nesta seção, apresentamos o conceito de ativismos cartográficos, bem como experiências práticas de mapeamento coletivo, nacionais e internacionais. O objetivo principal é compreender quais as contribuições que esse emergente campo de pesquisa e ação traz ao planejamento territorial. Ao longo da apresentação problematizamos algumas questões importantes, dentre elas: quais os limites e as possibilidades que essas experiências apresentam? De que forma essas práticas colaborativas questionam e complementam a cartografia institucional? Quais as contribuições e os questionamentos que os ativismos cartográficos trazem para o campo do planejamento territorial?

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: kBa3g9JWWHWa

CARTOGRAFIA SOCIAL COMO POSSIBILIDADE PARA UM REASSENTAMENTO JUSTO: ENTENDENDO A PARTIR DO DESASTRE DE MARIANA-MG

Renata Eloah Aguiar Moreira (Mestranda em Planejamento e Gestão do Território, Universidade Federal do ABC - UFABC)

Marcelo Duarte (mestre em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais - NPGAU/UFMG)

Em novembro de 2015, o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana-MG, liberou uma onda de rejeitos que percorreu a bacia do Rio Doce, matando diretamente 19 pessoas e atingindo inúmeros territórios urbanos e rurais, até chegar à costa do Espírito Santo. Visando o cadastramento dos atingidos, a Fundação Renova elaborou um questionário de perdas e danos, apontado pelo Ministério Público Federal (MPF) e outras instituições como sendo insuficiente para promover uma reparação justa. Após uma ação judicial ocorrida em Mariana, a Cáritas passou a prestar assessoria técnica aos atingidos de Mariana, reformulando o questionário e elaborando ferramentas complementares para cadastrar suas perdas e danos. A Cartografia Social, uma dessas ferramentas, visa a autodeclaração por meio de desenhos feitos pelos atingidos para acessar a memória e espacializar os bens materiais e atividades socioeconômicas destruídos pela lama. Ao mesmo tempo, o processo de reassentamento de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo está em fase inicial. Considerando que a cartografia social é utilizada no cadastro, mas não no planejamento das novas comunidades, o presente trabalho propõe a seguinte pergunta: qual o potencial dessa ferramenta como subsídio de um reassentamento justo e participativo, valorizando a participação, autodeterminação e a autorepresentação coletiva?

OFICINA CIDADE METAFÓRICA: DISCUSSÃO ACERCA DE NOVAS PRÁTICAS DE INVENTÁRIO

Eneida de Almeida (Professora da graduação e da pós graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu/SP)

Maria Carolina Maziviero (Professora Adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná - UFPR)

Apresenta-se um relato dos procedimentos metodológicos adotados em oficinas de exploração do território, tendo em vista ampliar a noção de bem cultural, de modo a superar a ideia de patrimônio consagrado, associada ao bem tombado. Procura especular acerca da elaboração de novas modalidades de inventário apoiadas num campo de investigação situado no limiar entre a arqueologia e a etnografia do habitar. Espécie de dossiês são formulados, como processo em contínua reelaboração, ao propor vivências coletivas de caráter experimental. As operações almejam a ampliação da capacidade sensorial e cognitiva, desdobrando-se em práticas de observação e convívio. Eis algumas delas:

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: kBa3g9JWWHWa

sensibilização associada à exploração das relações corpo-espaço; mobilidade realizada em duplas, com a supressão de um dos sentidos (visão/audição); experiências frottage; coleta de materiais encontrados nos percursos, seguida de compartilhamento e atribuição de significados; exploração de formas variadas de representação das operações realizadas. Pretende-se, com este estudo, contribuir para a formulação de novos critérios de seleção, ao se explorar múltiplas camadas de memória na cidade. Além disso, propor estratégias que incluam outras dimensões da participação, como as relações de pertencimento no espaço vivido, para a formulação de políticas de preservação do patrimônio em concomitância com princípios mais inclusivos do planejamento urbano.

COMPLEMENTARES: FERRAMENTAS E PROCESSOS METODOLÓGICOS DESENVOLVIDOS EM EXPERIÊNCIAS DE CODESENHO ENTRE TÉCNICOS E AGENTES LOCAIS.

Marcos Leite Rosa (Doutor em Planejamento Regional e Desenho Urbano, Universidade Técnica de Munique - TUM)

O prefixo 'co-' alude ao ato de fazer junto e com relevância mútua. Codesenho pode se referir à investigação e construção de princípios, procedimentos e técnicas relevantes à colaboração em Design. (Scrivener 2005; Kensing 2003; Sanders e Stappers 2008) De 2015 a 2017, criamos uma plataforma para forjar experiências colaborativas por meio de um intercâmbio internacional, buscando aproximar técnicos – arquitetos, urbanistas, paisagistas, biólogos, carpinteiros – e iniciativas comunitárias – agentes locais. Quatro oficinas e dois seminários (São Paulo, Cidade do Cabo, Cidade do México, Nova Délhi e Berlim) desenvolveram possibilidades de cocriação com foco no desenho de elementos ou estratégias de design capazes de contribuir na qualificação do espaço urbano. Com base na realização de pesquisa aplicada com observação participante, organizou-se uma reflexão plural sobre o ato de codesenhar, sua relevância e utilidade em processos de planejamento urbano. Resultaram experiências desenvolvidas em equipe por meio de uma troca de informação transversal às disciplinas e conhecimento institucionalizado, apresentados como uma série de procedimentos metodológicos específicos propostos a cada situação. São formatos de trabalho colaborativo capazes de contribuir ao planejamento urbano e a procedimentos multiescalares, ao enfatizar formas de construir o "lugar" inseridas em um raciocínio na escala do território.

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: kBa3g9JWWHWa